

HABEAS CORPUS Nº 548.515 - RS (2019/0356504-8)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
ADVOGADOS : FABIO DA COSTA NERY - RS046013
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PACIENTE : ANTHONY THIAGO RAHMAN CALIXTO (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de ANTHONY THIAGO RAHMAN CALIXTO apontando como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul.

Consta dos autos que o paciente foi condenado, por infração do art. 33, c/c o art. 40, III, ambos da Lei n. 11.343/2006, a 7 anos e 6 meses de reclusão, em regime fechado, e multa (sentença, e-STJ fls. 158/163).

O Tribunal de origem negou provimento ao recurso ministerial e deu parcial provimento à apelação defensiva "a fim de afastar a incidência da minorante e redimensionar as sanções impostas ao condenado para cinco anos e dez meses de reclusão e 510 dias-multa, bem como para abrandar o regime prisional para o semiaberto" (e-STJ fl. 247). O acórdão ficou assim ementado (e-STJ fl. 246):

APELAÇÃO CRIME. TRÁFICO DE DROGAS E ASSOCIAÇÃO PARA O NARCOTRÁFICO. CONDENAÇÃO DE UM RÉU PELO PRIMEIRO CRIME. APELOS MINISTERIAL E DEFENSIVO. MANUTENÇÃO DO ÉDITO CONDENATÓRIO NO ESSENCIAL

O recorrente foi preso em flagrante na posse de aproximadamente 770 g de maconha e 10 comprimidos de *ecstasy*. Além de tal quantidade de entorpecentes ser absolutamente Incompatível com a versão de posse de drogas para consumo pessoal. Invocada pelo condenado, convém atentar que a prisão em flagrante não se deu por acaso, mas após a detenção de dois usuários, que indicaram a moradia do apelante como o local onde haviam adquirido a substância tóxica. No tangente ao recorrido, por outro lado, Inexiste qualquer Indício de sua participação no ilícito que não o de coabitar a residência, o que é insuficiente para a condenação, APENAMENTO,

DIMINUIÇÃO DO QUANTUM DE AUMENTO PELA
MAJORANTE. ABRANDAMENTO DO REGIME PRISIONAL.

Apelo ministerial Improvido.

Apelo defensivo parcialmente provido, por maioria.

Os embargos infringentes foram julgados em acórdão que recebeu a seguinte ementa (e-STJ fl. 290):

EMBARGOS INFRINGENTES. APELAÇÃO CRIME. TRÁFICO
DE DROGAS. MINORANTE. INAPLICABILIDADE.

A privilegiadora do tráfico de drogas é uma benesse e, portanto, exceção à regra; destarte, não deve ser objetiva e indiscriminadamente aplicada, mas reservada a casos excepcionais em que a pena mínima do tráfico que, por si só, é um crime grave e usualmente merece a mais severa repressão) se mostre desproporcional. Faz-se, então, necessária a análise do caso concreto para garantir que a minorante seja reservada não apenas a réus primários, mas a traficantes realmente eventuais, que não fazem do tráfico sua "profissão". Caso concreto em que não se aplica a minorante prevista no art. 33, § 4º, da Lei nº 11.343/06, pois, embora o réu não tenha maus antecedentes e seja tecnicamente primário, não comprovou a prática de qualquer atividade lícita. Deve-se considerar, ainda, a quantidade considerável de maconha e *ecstasy* apreendidos com o réu. Em vista disso, não é cabível a minorante prevista no art. 33, § 40, da Lei nº 11.343/06, a qual é reservada para quem esteja iniciando a atividade ilícita, que seja flagrado com pouca quantidade de droga, ou traficantes eventuais e indivíduos que não se dediquem às atividades criminosas, observando-se que o réu se dedica às atividades criminosas, não fazendo jus à redutora da Lei de Drogas.

EMBARGOS INFRINGENTES DESACOLHIDOS. POR
MAIORIA.

Alega a defesa, no presente *habeas corpus*, que "imperiosa se faz a aplicação da redutora prevista pelo §4º, do art. 33, da Lei de Drogas, tendo em vista a falta de idoneidade do fundamento utilizado para o afastamento do direito subjetivo do recorrente ao reconhecimento da minorante em comento, visto que se trata de réu primário, sem maus antecedentes, com as circunstâncias judiciais do artigo 59 todas neutras, bem como não há nenhuma prova cabal de seu envolvimento com organizações criminosas e resta afastada a habitualidade na traficância, portanto, nada justifica a não aplicação do benefício" (e-STJ fl. 6).

Superior Tribunal de Justiça

Requer "seja o presente *Habeas Corpus* conhecido e concedido, para cassar os acórdãos proferidos pela Primeira Câmara Criminal e pelo Primeiro Grupo Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, de modo a reconhecer a minorante prevista no artigo 33, parágrafo 4º, da Lei 11.343/06" (e-STJ fl. 7).

É, em síntese, o relatório.

A liminar em *habeas corpus*, bem como em recurso ordinário em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

Em juízo de cognição sumária, não visualizo manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência.

Assim, não obstante os fundamentos apresentados pela defesa, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos, para se aferir a existência de constrangimento ilegal.

Ademais, o pedido liminar confunde-se com o próprio mérito da impetração, o qual deverá ser apreciado em momento oportuno, por ocasião do julgamento definitivo deste *writ*.

Ante o exposto, **indefiro a liminar**.

Solicitem-se à autoridade apontada como coatora e ao Juízo de primeiro grau informações atualizadas sobre o feito objeto do presente *writ*, ressaltando-se que esta Corte Superior deverá ser noticiada acerca de qualquer alteração no quadro fático atinente ao tema desta impetração.

Requeira-se, ainda, senha para acesso aos andamentos processuais constantes do respectivo portal eletrônico do Tribunal de Justiça, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do CNJ.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 28 de novembro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator